

# QUILOMBOS DO TROMBETAS: EMBATES COM O CAPITAL INTERNACIONAL NA AMAZÔNIA.<sup>1</sup>

Adauto Neto Fonseca Duque<sup>2</sup>

## **Resumo:**

O embate sócio-econômico verificado na Amazônia ganha destaque na mídia, mas parece longe de um final que garanta as comunidades tradicionais à permanência em um espaço livre da violência e fértil para o trabalho desenvolvido ancestralmente na região. As mineradoras, representantes do Grande Capital Internacional, ocupam a região e forçam a retirada da floresta e de seus moradores.

**Palavras-chave:** Amazônia – quilombos – resistência – capital internacional.

## **Résumé:**

Le choc socio-économique constaté en Amazonie gagne de l'importance dans la presse, mais il semble loin d'arriver à une fin qui garantisse aux communautés traditionnelles de rester dans un espace libre de violence et fertile pour le travail développé ancestralement dans la région. Les entreprises de minéraux, représentantes du Grand Capital International, occupent la région et forcent la retraite de la forêt et de ses résidents.

**Mots-clés:** Amazonie - quilombos - résistance - capital international.

## **Considerações sobre a temática**

“Nós, negros, temos esperanças. Nossa história é toda feita e marcada por uma quase congênita esperança de que é possível acreditar que a luta pela afirmação da nossa humanidade é mais que uma utopia, é mais que um sonho irrealizável. As Comunidades Negras Quilombolas que resistiram até hoje são a certeza, o exemplo visível de que, mais que um sonho, elas são a própria representação daquilo que de fato queremos, que é, no limite, ser livre, humanamente livre”<sup>3</sup>.

Na região do Baixo-Amazonas, no Estado do Pará, a implantação, na década de 1970, da Mineração Rio do Norte - MRN, mineradora de bauxita, funcionou para as comunidades remanescentes de quilombos, dentre as quais Boa Vista e Moura como elemento de desarticulação econômico-social e, principalmente, cultural.

---

<sup>1</sup> O artigo é resultado da discussão apresentada em forma de dissertação de mestrado defendida na Universidade Federal do Ceará, 2004, sob o título “Boa Vista e Moura – terra de quilombolas – e o Grande Projeto Trombetas – uma incômoda presença”.

<sup>2</sup> Graduado em História – Universidade Federal do Amazonas; Mestre em História Social – Universidade Federal do Ceará. Professor Colaborar e Coordenador Adjunto do curso de História da Universidade Estadual Vale do Acaraú; professor efetivo do Instituto Superior de Teologia Aplicada (Faculdades INTA); professor e pesquisador do Instituto de Estudos e Pesquisa do Vale do Acaraú – IVA.

<sup>3</sup> As comunidade negras rurais quilombolas: a histórica resistência de um povo. In: Relatório da II<sup>a</sup> Reunião Nacional das Comunidades Negras Rurais Quilombolas. São Luís, agosto de 1996.

A presença do grande capital internacional na Amazônia, iniciada na instalação dos Grandes Projetos, chegou quebrando as formas ancestrais de sobrevivência das comunidades negras. Tal fato vem gerando constante busca por formas de se enquadrar à nova ordem produtiva instalada na região. A mineradora tornou-se o local onde a população ribeirinha das comunidades Boa Vista e Moura encontra ocupação como “*mão-de-obra menos qualificada*”, em atividades que não exigem alto grau de escolaridade e, por sua vez, não oferece garantias trabalhistas.

Nas comunidades do entorno da MRN, precisamente na Boa Vista, os indivíduos abandonaram a agricultura e o extrativismo por causa das proibições do IBAMA e também por se ligarem como assalariados e/ou trabalhadores temporários em Porto Trombetas, sede da MRN.

Nesse contexto, o policiamento da região acabou atendendo aos interesses da mineradora, pois aos ribeirinhos restaram apenas duas alternativas: a migração para os centros urbanos da região ou concorrer com os migrantes às vagas como mão-de-obra barata no Projeto Trombetas.

### **Comunidade Boa Vista.**

A comunidade Boa Vista é representativa das transformações vivenciadas no Trombetas nas últimas quatro décadas. De uma maneira intensa foi palco de conflitos, mas também de cooptação por parte do grupo minerador instalado no vale do rio Trombetas.

A Boa Vista está localizada em área de várzea, na margem direita do rio Trombetas, distante oitenta quilômetros da sede do município, Oriximiná, e a dez minutos, em barco regional, de Porto Trombetas. O perímetro da comunidade tem confrontações, de acordo com dados do Título de Reconhecimento de Domínio, ao norte, com o rio Trombetas e enseadas do Caripé, Bom Princípio e Patauí; à leste, com o Igarapé Água Fria; ao sul, com o Igarapé Água Fria e Floresta Nacional Saracá-Taquera; e à oeste, com o Igarapé Patauí<sup>4</sup>. O documento não menciona, mas destacamos que no limite norte fica a Reserva Biológica do Trombetas e dentro da Floresta Nacional

---

<sup>4</sup> Título de Reconhecimento de Domínio que a União Federal e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) outorgam à Associação da Comunidade Remanescentes de Quilombo Boa Vista (ACRQBV). Brasília – DF, 20 de Novembro de 1995.

Saracá-Taquera, ou seja, no limite sul, encontra-se instalado o Complexo Industrial administrado pela MRN. De acordo com coordenadores da Associação dos Remanescentes de Quilombo do Município de Oriximiná - ARQMO, a presença da mineradora acabou facilitando o processo de titulação da Boa Vista:

“A Flona quando foi criada ela excluiu a Boa Vista. Foi excluído da FLONA a mineração e seu quintal. Como a mineração achou que ia precisar expulsar o pessoal da Boa Vista e ficar com aquela área pra vila dela, do canteiro de obra, aquela área da Boa Vista ficou de fora. Então isso facilitou o trabalho. Facilitou porque Boa Vista ficou no entorno da FLONA, não dentro. Então podia ser titulada normalmente”.<sup>5</sup>

Há um sentido claro na análise do senhor Anarcino, pois a comunidade do Moura, um pouco mais afastada da mineradora, teve sua área englobada na Floresta Nacional, fato que causa dificuldade para o reconhecimento das terras da comunidade.

De acordo com a cláusula segunda do Título de Reconhecimento de Domínio outorgado à Associação da Comunidade Remanescente de Quilombo Boa Vista (ACRQBV), seguindo a “declaração prestada pelo representante da OUTORGADA no mencionado processo administrativo, o imóvel objeto do presente Título destina-se, principalmente, às atividades extrativas e agropecuária”<sup>6</sup>. No entanto, verifica-se que no espaço solicitado, e que foi atendido, não é possível desenvolver atividades relacionadas ao extrativismo comercial, pois os castanhais estão na Floresta Nacional onde a MRN tem concessão de exploração de bauxita. Como esse está no subsolo, os castanhais são derrubados, acabando com uma das fontes de renda dos remanescentes. Nesse caso, a titulação das terras é capaz de impedir esse contínuo ciclo de destruição, garantindo a exploração racional dos castanhais pelos negros.

O processo de titulação da Boa Vista marcou a participação pioneira da ARQMO no processo de demarcação das terras quilombolas no município de Oriximiná. A escolha da Boa Vista como primeira comunidade a ser demarcada não aconteceu de forma aleatória. Segundo Silvano Silva Santos, coordenador financeiro da ARQMO, foi constatada, na Boa Vista, perda de território e de autonomia causadas pela

---

<sup>5</sup> Anarcino Cordeiro – (Naco) – Coordenador de Projetos da ARQMO, entrevista, julho de 2002.

<sup>6</sup> Título de Reconhecimento de Domínio que a União Federal e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA outorga à Associação da Comunidade Remanescentes de Quilombo Boa Vista – ACRQBV. Brasília – DF, 20 de Novembro de 1995.

mineradora. Havia, portanto, a necessidade imediata de Titulação, pois em pouco tempo a comunidade poderia desaparecer:

“A gente encontrou o impacto da Mineração Rio do Norte com a comunidade Boa Vista. A gente viu que a comunidade muito *encostada* do Projeto. A Mineração tava [...] colocando a comunidade num novo estilo de vida. A gente tava com o cuidado de não transformar Boa Vista em periferia de Porto Trombetas [...]. Depois de avaliarmos todos os problemas, achamos por bem começar o processo por Boa Vista”<sup>7</sup>.

O termo *encostada*, nesse caso, ultrapassa o significado de proximidade territorial. A Boa Vista durante muito tempo já vivia numa clara postura de periferia de Porto Trombetas, embora com algumas regalias. Tudo que a comunidade pedia era prontamente atendido pela mineradora. Fato que, mesmo com muitas restrições, ainda persiste, através de doações de material para construção, implantação de projetos econômicos e prestação de assessoria em empreendimentos financiados por instituições nacionais e internacionais.

A comunidade não é urbanizada e os serviços básicos restringem-se à presença de um gerador de energia, mas que fica sempre desligado porque não atende todas as residências. Em 2000, a Prefeitura de Oriximiná instalou encanamento para abastecer a comunidade com água tratada, contudo até fevereiro de 2004 o serviço ainda não havia funcionado. O motivo seria a falta de compromisso dos administradores do município com a Boa Vista, pois um empreendimento dessa natureza depende de vontade política.

Na comunidade não há núcleo político partidário, apesar de um membro da comunidade ter se lançado candidato a vereador.

Geograficamente, ainda que a Boa Vista aparente desorganização espacial, as casas estão distribuídas paralelas ao curso do rio, sendo este a fonte de água e principal caminho utilizado pelos ribeirinhos. A arborização dos quintais é feita com árvores frutíferas sem a necessidade de cercas, pois “a delimitação das áreas está presente na percepção dos moradores, que conhecem e respeitam os limites de suas propriedades”.<sup>8</sup> Fato que demonstra a ausência de preocupação em privatizar lotes individuais, já que a comunidade vive e utiliza coletivamente os espaços e todos sabem o que pertence a cada

---

<sup>7</sup> Silvano Santos, Coordenador Financeiro da ARQMO, entrevista, Julho de 2002.

<sup>8</sup> CENÁQUA/IBAMA. Relatório Técnico na área de educação ambiental para o Plano de Ação Emergencial da Reserva Biológica do rio Trombetas, Porto Trombetas, setembro de 1993.

pessoa. Não há furtos freqüentes e o respeito à propriedade do outro é repassada pelos pais e patronos como forma de manter a convivência pacífica no local.

A comunidade tem uma escola que pela estrutura educacional foi considerada modelo no município de Oriximiná. Em 1993, os 255 alunos, divididos em dois turnos, contavam com dez professores no quadro efetivo, um professor de artes e um auxiliar; dois auxiliares de serviços gerais, secretária, supervisora e diretora. A escola recebe apoio pedagógico do Sistema Pitágoras de Ensino<sup>9</sup>. Em outubro de 1993 foi inaugurado um espaço lúdico, a brinquedoteca, onde a “criança pode pedir emprestado o brinquedo ou o livro que quiser, já que junto com a brinquedoteca, funciona também a biblioteca. Poderá ler e brincar no próprio local”.<sup>10</sup> De acordo com a diretora Bernadete Quintans, o espaço foi montado na escola porque a associação da comunidade não tinha infraestrutura para abrigar e estimular esse trabalho.

É importante ressaltar que a diretora tem uma concepção de brinquedo e brincadeiras distante da realidade da comunidade. As crianças dispõem de quintais, da beira do rio e demais espaços para atividades lúdicas. Atitudes desse tipo, para *enquadrar* as crianças da Boa Vista numa realidade diferente daquelas que estão acostumados a vivenciar, acaba indignando os moradores, que identificam posturas de desvalorização da realidade local:

“(…) muitas vezes na escola, a gente vê, a criança é posta na escola e na hora a professora faz uma comparação com o carro, o avião. A criança nunca entrou num avião, nunca viu. A criancinha nunca entrou num carro, nunca viu, não conhece a fundo; e são essas dificuldades que às vezes levam até à nota baixa. Porque as comparações são com coisas que eles não conhecem.”<sup>11</sup>

A comunidade reivindica que sejam trabalhados na escola elementos com os quais as crianças tenham intimidade, pois tudo na escola é de fora, inclusive as professoras que na maioria são esposas dos funcionários da MRN.

Na questão de trabalho e renda a comunidade tem uma cooperativa que presta serviços para a MRN. A cooperativa, da forma como foi pensada inicialmente, podia ser muito positiva, pois garantiria ocupação remunerada aos moradores da comunidade.

---

<sup>9</sup> Folha de Trombetas. Porto Trombetas, Novembro de 1993, n.º 62, p. 9.

<sup>10</sup> Folha de Trombetas. Porto Trombetas, Outubro de 1993, n.º 61, p. 5.

<sup>11</sup> Marivaldo de Jesus Rocha, 26 anos, vice-coordenador da ACRQBV, entrevista, Abril de 2002.

Segundo Marivaldo de Jesus Rocha, vice-coordenador da ACRQBV, a proposta da cooperativa partiu da MRN, em 1998, para manter os remanescentes trabalhando enquanto os projetos da comunidade estivessem em fase de montagem:

“(...) nessa fase de desenvolvimento, a Mineração oferecia trabalho temporário para as pessoas”<sup>12</sup>. Inicialmente, eram três projetos: criação da tartaruga com peixe, apicultura e uma criação de galinha. Trinta pessoas participavam da implantação dos projetos e seriam os diretamente beneficiados pela cooperativa: “(...) justamente para que na época que pintasse dificuldade, a Mineração, oferecia trabalho lá através da cooperativa, por contrato temporário de serviço, porque tem muitos que já tão com idade avançada, não dava pra fichar de carteira assinada.”<sup>13</sup>

Para os coordenadores da ARQMO, a formação de uma cooperativa tem sua importância como fonte de emprego, mas com um viés negativo, porque desvia os trabalhadores para as atividades na mineradora em detrimento dos projetos da comunidade:

“A Boa Vista tem uma infra-estrutura e projetos implantados super interessantes. Até a comunidade pode se manter tranqüilamente só que nem sempre a comunidade Boa Vista se liga à questão do trabalho dos projetos. Essa questão é porque grande parte dos moradores da comunidade são funcionários da Mineração Rio do Norte, inclusive a parte que não são funcionários a comunidade criou uma cooperativa prestadora de serviços. Então a gente observa que ultimamente a comunidade tem vivido de emprego da mineradora.”<sup>14</sup>

Dos membros fundadores da COOPERBOA, pelo menos 30% encontram-se regularmente empregado nas empreiteiras da MRN. Estando empregados deixam de participar da entidade. Esta ao longo dos anos foi enfraquecendo e acumulando dívidas, inclusive com a Prefeitura de Oriximiná, e dispõe como patrimônio de uma Kombi, avaliada em quatro mil reais e colocada à venda, na tentativa da atual diretoria de amortizar dívidas que ameaçam fechar a cooperativa.

---

<sup>12</sup> Marivaldo de Jesus Rocha, 26 anos, vice-coordenador da ACRQBV, entrevista, Abril de 2002.

<sup>13</sup> Idem..

<sup>14</sup> Anarcino Cordeiro, coordenador de projetos da ARQMO, entrevista, Julho de 2002.

Tal processo tornou-se danoso, pois contribuiu para perda de valores culturais e a assimilação de outros alheios à tradição histórica. A presença de pessoas não remanescentes, aliada transformações causadas pela mineradora, formou novas mentalidades, principalmente em relação a terra e seu uso. Assim, durante as décadas de 1980 e 1990, apenas os anciões mantiveram práticas tradicionais como a plantação de roças para a produção de farinha. O trabalho coletivo, ou seja, o *puxirum*, praticamente desapareceu.

Contudo, a dinâmica social e principalmente as exigências para a titulação das terras<sup>15</sup>, fizeram com que a comunidades procurasse reforçar sua etnicidade e recuperasse tradições culturais, como as festas de santos, “esmolações” (coleta de produtos oferecidos aos santos e consumidos durante as festas), cantos e danças praticadas pelos quilombolas do Trombetas. Pelo relato de dona Zuleide, a primeira festa de “raiz” realizada na Boa Vista foi motivo de piada e alvo de intensas críticas, pois moradores queriam festas com banda de música e as lideranças haviam feito uma programação cultural que lembrava a tradição, inclusive com uso de instrumentos musicais feitos nas comunidades negras:

“(...) de uns tempos pra cá a gente falava assim em festa de cultura, todo mundo perguntava, mas o que é festa de cultura? Eles nem sabiam mais. Aqui nós fizemos uma festa de cultura, foi a maior crítica. Nós fizemos a festa aí atrás num barracão que tem. No chão mesmo, não tem nada de piso. Fizemos aquelas casinhas de palha, pra mostrar um pouco pra juventude como era. Só que não saiu como nós estava esperando. Nós estava esperando que as nossas músicas fossem música da terra, músicas nossas. Porque tem negro que toca muito bem, canta muito bem e a gente ia mostrar o nosso talento e eles não concordaram, foram pegar um som lá na Mineração, colocaram aí e atrapalhou<sup>16</sup>”.

Os anciões lamentam que essa seja uma questão irreversível na comunidade. Dentre outros motivos, a Boa Vista é uma comunidade diferenciada das demais existentes no rio Trombetas. A proximidade com a Mineração Rio do Norte e a política de “*apadrinhamento*” acabaram fazendo desse local uma espécie de bairro afastado,

---

<sup>15</sup> Boa Vista foi a primeira comunidade no Brasil a receber titulação como Remanescentes de Antigos Quilombos, de acordo com o Art. 68 da Constituição Brasileira.

<sup>16</sup> Zuleide dos Santos, 45 anos, coordenadora de mulheres do Alto Trombetas, entrevista, fevereiro de 2000.

uma periferia, mas que detém certos privilégios desfrutados pelos moradores de Porto Trombetas, como acesso à escola e ao hospital (ambos inexistente ou precário nas outras comunidades).

Por conta dessa falta de compromisso com sua trajetória, a história, a cultura e a vivência dos negros começaram a ser explicadas numa visão distorcida da realidade por pessoas de fora da comunidade, como aconteceu na matéria “*Um pouco sobre a vida dos ribeirinhos e seus sonhos*”, publicada na folha de Trombetas em dezembro de 1994. Nenhum negro foi entrevistado. Assumi a função de detentora da história da comunidade a diretora da Escola Municipal Boa Vista, Bernadete Quintans (Moradora de Porto Trombetas), demonstrando seu desconhecimento, leitura equivocada da realidade e seu preconceito em relação aos ribeirinhos, ao responder um dos questionamentos:

“Folha: Como é o relacionamento entre pais e filhos? É difícil?

Bernadete: Não. O ribeirinho tem uma particularidade: eles se unem entre si, ou seja, é comum pai ter filho com a filha, cunhado com cunhada, primo com prima, etc. Isso pra eles é natural. Os filhos quando se casam, geralmente ficam perto da casa da mãe. Morando no mesmo terreno. Portanto, os parentes moram uns ao lado dos outros e se ajudam muito”.<sup>17</sup>

A visão preconceituosa, portanto deturpada, da entrevistada não deixou ver que a família Santos é extensa e casamentos entre primos é comum, mas relações incestuosas entre pais e filhas não são confirmadas. Na época da reportagem, as declarações da diretora tiveram uma repercussão negativa em Trombetas e nas comunidades. Durante esse acontecimento os remanescentes despertaram para a realidade e exigiram uma retratação por parte do Jornal, o que aconteceu na edição seguinte com a matéria “*Moradores da Boa Vista contam sua história*”, onde o editor faz a seguinte declaração:

“A Folha de Trombetas se retrata junto à comunidade da Boa Vista pela matéria *Um pouco sobre a vida dos ribeirinhos e seus sonhos*, publicada na última edição da folha. Gostaríamos de nos desculpar e reforçamos com a definição da comunidade dada por José dos Santos, filho da Boa Vista: ‘Como todo branco, todo preto é irmão de alma e

---

<sup>17</sup> Folha de Trombetas. Porto Trombetas, Dezembro de 1993.

aqui na Boa Vista somos uma família de negros’, o que podemos perceber através da história do surgimento desta comunidade, contada nesta página, por um de seus filhos”.<sup>18</sup>

Esse pode não ter sido o maior dos acontecimentos, mas pelo fato de “*um de seus filhos*” haver se apresentado para contar a história do seu povo, começou a despertar o respeito da mineradora (que veio a público, através de seu jornal, desculpar-se com os negros) e a atenção dos moradores da Boa Vista quanto ao estado letárgico em que se encontravam diante do poder representado pela mineradora.

Com a atuação da Igreja Católica, a efetiva ação da ARQMO nas comunidades, com cursos, reuniões e explicações sobre a importância do elemento negro para a formação da população amazônica e brasileira, e principalmente com o resgate da tradição cultural, a Boa Vista reestrutura sua condição de legítimos descendentes de quilombolas do Trombetas.

Ressalto a condição de recuperação da identidade quilombolas, pois, como bem nos mostra a fala acima, havia um nítido silêncio e uma negação dessa condição. Esse é um processo verificado principalmente nas pessoas que viveram mais intensamente a presença do projeto Trombetas. Os habitantes *mais antigos* mantiveram uma identificação muito forte com os antepassados, que foi de suma importância e garantia da permanência nesse espaço quando a empresa tentou obrigá-los a deixar o local.

Ainda que as tensões pelas tentativas de expulsão permaneçam na lembrança dos moradores, a luta política mais acirrada aconteceu por conta do processo de titulação das terras. A Boa Vista foi a primeira comunidade negra no Brasil a receber o documento, em 1995, sete anos após a promulgação da constituição que criou tal direito.

A Boa Vista é uma comunidade típica do interior da Amazônia. As casas são construídas de modo rústico e com matéria-prima local. A estrutura é feita de madeira bruta e as paredes com madeira beneficiada, as coberturas podem ser de zinco, brasilite e, em alguns casos, de folha de uma palmeira denominada ubim. Em geral, os materiais são coletados nos rejeitos da Mineração Rio do Norte. As casas são em geral palafitas, para proteger das enchentes do rio e possuem uma divisão interna em dois cômodos, com janelas laterais para o rio e para a casa do vizinho. A cozinha, em geral, fica fora da casa, num barracão anexo, sem paredes e coberto com palha de ubim. Esse local serve

---

<sup>18</sup> Folha de Trombetas. Porto Trombetas, Janeiro de 1994.

para preparar e servir as refeições, mas amplia sua função quando é utilizado como espaço de socialização. É o local onde os donos da casa recebem as visitas no final da tarde para um bom bate-papo, organizam pescarias e discutem os problemas da comunidade.

A Boa Vista ainda não está servida por energia, apesar de possuir rede elétrica instalada. O gerador da comunidade não tem capacidade para abastecer todas as casas. Como a comunidade não estava plenamente beneficiada, o serviço foi cortado e “*só vai funcionar quando for pra todo mundo.*”<sup>19</sup> A falta de recursos para manutenção e abastecimento do gerador também são motivadores dessa decisão. As fontes de energia nas cozinhas são o gás e a madeira. A lamparina, alimentada por querosene, é bastante utilizada, mas alguns moradores possuem motor elétrico ou baterias recarregáveis.

A chegada da empresa mineradora representou um profundo rompimento com as formas tradicionais de sobrevivência na comunidade, gerando preocupações aos coordenadores da ARQMO com a perda tanto dos aportes econômicos como culturais da Boa Vista.

A maior articulação com a ARQMO poderia ser a solução para resolver as divergências entre moradores, pela coordenação da comunidade, o que inviabilizaria a concretização de projetos econômicos como enfatiza Daniel Souza:

“Há uma preocupação nossa com relação ao Boa Vista que é uma comunidade que está próxima da mineração e podia se organizar para conseguir muitos recursos pra comunidade, pra ela crescer e na verdade isso não está acontecendo”.<sup>20</sup>

Visivelmente está acontecendo o contrário. A proximidade com a mineradora tornou os moradores da Boa Vista uma força de trabalho sempre disponível para atividades braçais e a comunidade ficou economicamente estagnada. Com exceção de cinco pessoas da Boa Vista que são empregados regulares da Mineração Rio do Norte, a grande maioria encontra-se prestando serviço temporário nas empreiteiras ou são diarista nas casas da vila de Porto Trombetas, como jardineiros, faxineiros, lavadeiras e/ou passadeiras de roupas. Essa é a rotina diária dos moradores da Boa Vista está intimamente ligada à sobrevivência.

---

<sup>19</sup> Amarildo Santos de Jesus, 31 anos, Conselheiro Fiscal da Boa Vista, entrevista, Abril de 2000.

<sup>20</sup> Daniel Souza, Coordenador de Articulação da ARQMO, entrevista, Fevereiro de 2004.

## Comunidades Negras: relações antagônicas com a mineradora

A instalação da Mineração Rio do Norte tornou-se marco nas transformações ocorridas nas comunidades negras no Trombetas. A partir desse momento as preocupações, circunscritas ao espaço local, extrapolaram os limites das comunidades e atingiram a sede do município e do estado. Fato representativo aconteceu na campanha promovida pelas comunidades contra a construção da Hidrelétrica de Cachoeira Porteira. Outro acontecimento, neste sentido, foi a Audiência Pública para aprovação do Projeto Mina de Bauxita da Amazônia (Alcoa S/A) realizada em Oriximiná, em 12 de agosto de 1991.

Conforme apresentado no segundo capítulo, o projeto não foi concretizado. Contudo, em ambos os casos houve a presença maciça dos negros protestando contra a Eletronorte e a Alcoa S/A, mas também havia representantes das empresas e do Governo defendendo os empreendimentos.

Visivelmente, no final da década de 1960, havia uma “*nova ordem econômica*” imposta para a região:

“população atingida aparece no planejamento de ocupação desse espaço, apenas como um entrave, um obstáculo a ser removido para a instalação da modernização da produção. O modelo desenvolvimentista é apresentado como um fenômeno irreversível e ela só é objeto de preocupação pelo Estado porque está ocupando um espaço redefinido pela racionalidade do grande empreendimento”.<sup>21</sup>

Houve, assim, um deslocamento do trabalhador de suas atividades tradicionais para indústria, causando a desestruturação sócio-cultural e dos modos tradicionais de convivência no Trombetas:

“Porque a Mineração chegou aqui viu um povo [...] que tinha a sua cultura. Tinha a sua forma de vida, por mais que não tinha escola, mas tinha a sua maneira de viver, vivia tranquilo, vivia sossegado. De repente, eles montam esse projeto aqui no lado, mudam completamente a vida das

---

<sup>21</sup> MOURA, Edila A. Ferreira; MAIA, Maria Lúcia Sá. Da farinha ao alumínio: os caminhos da modernização na Amazônia. In: CASTRO, Edna; MOURA, Edila A. F.; MAIA, Maria Lúcia Sá (orgs.). *Industrialização e Grandes Projetos: desorganização e reorganização do espaço*. Belém: Gráfica e Editora da UFPA, 1995, p. 225.

peessoas, tiram a sua cultura, a maneira como as pessoas viviam e não oferecem um benefício para que as pessoas possam ter a mesma tranquilidade que eles tinham quando tinham a sua cultura”.<sup>22</sup>

Dessa maneira, visualizamos uma das maiores críticas aos projetos desenvolvimentistas: foram pensados como “*atividade de enclave*” e instalados sem preocupação com o meio ambiente, desrespeitando as características naturais dos locais, explorando e depois abandonando o rejeito de suas atividades. São tidos como enclaves porque além de não atenderem aos interesses da região, a empresa constrói a infraestrutura necessária a seus funcionários, tentando manter-se isolada da realidade local.

No Trombetas, o grupo minerador, considerava-se instalado num espaço territorial de vazio populacional e não haveria, portanto, preocupação com investimentos no elemento humano, como reclama um remanescente: “*eles queriam tirar nós daqui pra não ter nenhuma comunidade próxima, pra eles não terem compromisso com a comunidade.*”<sup>23</sup> A equação era simples: explorar, lucrar com a riqueza do subsolo da região e depois abandonar a região. Afinal, a concessão dada pelos militares resguardava os interesses dos investidores e não das populações amazônicas.

Nessa conturbada rede de interesses, podemos pensar em momentos distintos na relação entre a MRN e as comunidades remanescentes de quilombos do rio Trombetas. Conforme os moradores da Boa Vista, foram eles que indicaram para os pesquisadores as áreas onde hoje estão as principais jazidas de bauxita no vale do Trombetas. Em seguida, a presença de comunidades próximas ao projeto começou a incomodar os administradores do projeto em fase de implantação, O militar identificado como *Coronel Ferreira* mostra-se paradigmático para explicar esse conflito:

“Quando eles chegaram aqui tinha até um cara, Coronel Ferreira chamavam pra ele, houve muita pressão aí com o pessoal. Houve promessa de indenizações, que eles iam tirar todo mundo daí. Houve muitas intimidações, chantagens para que o povo abandonasse a área que eles queriam. Trouxeram logo um militar, aquela pose toda de brabeza pra intimidar o pessoal, pra que o pessoal saísse, fosse embora. Porque o povo pode falar muito da nossa gente que é violento, mas

---

<sup>22</sup> Marivaldo de Jesus Rocha, 34 anos, Vice-coordenador da Boa Vista, entrevista, abril de 2000.

<sup>23</sup> José dos Santos, 57 anos, Coordenador da Boa Vista, entrevista, Setembro de 1999.

nosso povo é pacífico já demais da conta, demais, demais. Porque se nós tivéssemos o sangue quente como o nordestino, por exemplo, nós tínhamos metido chumbo em muita gente quando os caras chegaram aqui”.<sup>24</sup>

No processo de implantação do projeto as comunidades sentiam-se ameaçadas, mas pouco ou nada podiam fazer a não ser permanecer na área que ocupavam. Quando de fato a empresa começou a produzir bauxita, as comunidades do Moura e Boa Vista passaram por um processo de “apadrinhamento”. E, assim, começaram a viver uma espécie de tutela por parte da mineradora. Tinham o privilégio de ver prontamente atendidas a maioria de suas solicitações. Inclusive, podiam fazer compras no supermercado da MRN, que por ser exclusivo para os funcionários, as mercadorias serem subsidiadas pela empresa. Na escola, os alunos recebiam material escolar e fardamento padrão do Sistema Pitágoras de Ensino.

É difícil definir um período específico, mas ao longo dos anos essa situação foi mudando:

“Todo ano tem uma mudança, cortando um pouco. Quando eu comecei estudar a Mineração dava sapato, dava farda, dava bolsa. Tudo que precisava pra escola, pra estudar, a Mineração te dava. Até quando eu estava na terceira série era assim, depois não era mais. Acabou”.<sup>25</sup>

A primeira grande mudança ocorreu quando as crianças da Boa Vista deixaram de freqüentar a escola de Porto Trombetas. Com a construção da escola na comunidade, os alunos do ensino fundamental básico (até 4ª série) passaram a estudar na própria Boa Vista. A partir da 5.ª série, consoante os requisitos da MRN, os cadastrados passavam a freqüentar a Escola Professor Jonathas Pontes Athias em Porto Trombetas, administrada, até meados da década de 1990, pelo Sistema Pitágoras de Ensino.

As comunidades do entorno conseguiram beneficiar-se dos serviços básicos trazidos à região pela mineradora. Ainda que seja uma questão problemática, a empresa acabou substituindo a função do Estado em serviços como saúde e educação, e até mesmo financiando bolsas para alunos que conseguiram chegar à Universidade.

---

<sup>24</sup> Marivaldo de Jesus Rocha, 26 anos, Apicultor (vice-coordenador da Boa Vista), entrevista, abril de 2000.

<sup>25</sup> Idem..

No Trombetas, os ribeirinhos identificam uma série de problemas nesse recurso, que divide as opiniões dos ribeirinhos sobre seus reais objetivos:

“Quando ela chegou viu que a gente já morava aqui, nossos pais, avós já moravam aqui. Então ela achou que devia cadastrar esse povo, porque ela sempre teve o pensamento de só entrar aí funcionário ou então pessoas autorizada. Foi no tempo que eles vieram fazer um cadastro aqui, vieram pegar o nome do pessoal. Nós pensamos pra que eles tão pegando isso? Foi que eles falaram: pra vocês poderem entra dentro da Mineração, vocês vão ter que ter uma carteirinha que a gente vai fazer, se não tiver essa carteirinha vocês não vão entrar”.

26

Para a maioria dos narradores o cadastramento é uma forma da empresa manter o controle das pessoas que entram em Porto Trombetas. Os entrevistados reclamam, ainda, da truculência dos vigias que cobram diariamente o crachá fornecido pela empresa. Sem o documento é complicado entrar em PTR.

O cadastro acabou selecionando as pessoas que podem entrar para trabalhar em Porto Trombetas. Um exemplo claro dessa realidade desrespeitosa com a população local diz respeito aos moradores da Reserva Biológica que, oficialmente, não podem trabalhar como empregados em Porto Trombetas. Há histórias de pessoas, que durante a entrevista para emprego, foram dispensadas ao se declararem moradores do Lago do Ajudante (dentro da Reserva).

### **Estratégias da mineradora: expulsar e ocupar.**

As empresas enquadradas sob a denominação de Grandes Projetos precisam demarcar espaços para instalarem suas atividades. A Mineração Rio do Norte também aplicou a tática de tentar expulsar os ribeirinhos para poder tomar posse da área de seu interesse. Contudo, não contava com a resistência dos remanescentes de quilombos. Embasados na resistência dos anciões da Boa Vista, os negros passaram a fazer frente aos agentes da empresa e enfrentaram de forma coletiva as investidas para desocupar a vila. Fato que gera uma resistência ferrenha por parte dos moradores:

---

<sup>26</sup> Amarildo Santos de Jesus, 31 anos, Conselheiro Fiscal da Boa Vista, entrevista, Abril de 2000.

“Até porque a Mineração já encontrou o pessoal aqui. Então a primeira opinião: vamos morrer, mas vamos morrer aqui, se eles matarem. Eu tenho um tio que mora ali na Água Fria, ele diz que ele foi um cabra que o pessoal ameaçava ele. Vocês vão me matar, mas aqui, mas eu vou manter minha liderança aqui na Boa Vista<sup>27</sup>.”

Os relatos apontam para a tentativa da empresa de indenizar os ribeirinhos para que deixassem suas casas e ocupassem uma área distante do local de instalação dos equipamentos da empresa:

“(…) porque logo que eles chegaram pra cá, eles tinham muita suspeita que os negros daqui eram ladrão. A cisma deles era do pessoal entrar lá. É prova tanto que as áreas deles era tudo cercada, tudo cercado pra ninguém entrar pelas ilhargas. Tinha que ir ali pelo porto, era uma norma rígida essa. E eles tratavam todo mundo sem confiança”.<sup>28</sup>

Ser tratado sem o devido respeito e confiança pela mineradora sempre causou indignação aos remanescentes. Como resposta, os quilombolas, apontam os quintais das comunidades, onde animais domésticos, como patos e galinhas, transitam sem a presença de cercas e não são furtados. Ainda assim, os ribeirinhos foram taxados de perigosos para a empresa e por conta dessas desconfianças muitas pessoas deixaram suas casas e tentaram se estabelecer em outros espaços. Um desses espaços era a vila Caranã, para onde, de acordo com relatos dos remanescentes, a empresa pretendia deslocar todos os moradores do seu entorno.

Esta vila foi idealizada pela MRN para alojar a população atraída pelo empreendimento, mas que não trabalharia diretamente na obra. Sua população era composta principalmente de pequenos comerciantes, que atuavam na área portuária da vila de Porto Trombetas. Consta nos relatórios da MRN que vila Caranã era formada, em sua maioria, por pessoas “*do chamado beiradão do Trombetas*”, ou seja, quem saía das comunidades negras acabaria se instalando nessa área. No local recebiam o terreno, que deveria ser cercado, e material de construção. A empresa exigia, ainda, a construção de fossa séptica. Seus habitantes também contavam com a infra-estrutura montada em PTR como hospital e escola o que gerava custos para a empresa.

---

<sup>27</sup> Manoel Edilson de Jesus (Manduca), 32 anos, Presidente da COOPERBOA, entrevista, Abril de 2000.

<sup>28</sup> José dos Santos, 57 anos, Coordenador da Boa Vista, entrevista, Setembro de 1999.

No final da década de 1980, sem uma explicação clara, a MRN começou um processo de indenização dos moradores e a demolição da Caranã. Os funcionários da mineradora e de suas empreiteiras, com cargos que dava direito à residência, ficaram em PTR, os demais voltaram para seus lugares de origem. Quando as pessoas do “beiradão” não encontramos registros, nem mesmo orais, sobre os caminhos que tomaram. Foi uma ação rápida, depois de indenizado, o morador retirava-se da casa que era imediatamente demolida. Completada essa primeira fase, a estrada de acesso à Porto Trombetas foi destruída e depois tomada pela mata. Assim, em 1988, foi concluído o processo de indenizações e toda a vila foi destruída. Hoje, o Caranã é apenas uma lembrança para os moradores mais antigos de Trombetas.

Essa ação demonstra os objetivos da empresa não somente para conter despesas, mas também para manter-se isolada nessa área. Também as comunidades negras, em especial a Boa Vista, vivenciaram de forma intensa esse processo. Indenizações foram pagas. A violência foi utilizada. O fogo destruiu casas. Nesse contexto surgem algumas perguntas. Como as comunidades resistiram? Quem teve a coragem de reagir contra a força do capitalismo instalado no Trombetas? As respostas podem ser encontradas nas falas dos remanescentes, como o senhor Manoel Raimundo Pereira dos Santos, rememorando a objeções de seu tio em relação a saída do Boa Vista:

“A Mineração queria jogar a Boa Vista daqui, ela queria ficar com essa área. Ela trocava, passava pra um ponto que tem chamado Caranã ela mudava a Boa Vista pra lá, mas muitos deles não aceitou. Tinha negro ruim da gente conversá, quando ele dizia aqui não, não, não. Um desses, meu tio, não aceitaram sair daqui ir pra lá, mas a engenharia da Mineração dizia: você vai tê carro pra vim pra beira, você vai tê televisão, mas ele não queria nada de televisão, ele tinha medo de carro, ele dizia que ele não era onça pra mora no centro. Ele era da beira do rio, mas ele não aceitou”<sup>29</sup>.

Importante notar a comparação feita com a onça. A Vila Caranã, para onde a empresa pensava em deslocar os moradores da Boa Vista, não ficava nas margens do rio, portanto fica no centro, no interior da mata, onde mora a onça e não as pessoas que jamais devem invadir esses espaços para instalar moradia. Esse é mais um sinal de respeito dos negros com os espaços dos animais e demonstra os espaços para seu

---

<sup>29</sup> Manoel Raimundo Pereira dos Santos (Negro Tinga), 50 anos, Agricultor, entrevista, Abril de 2000.

domínio que é as margens dos rios. Assim, com a força e baseados, no “amor ao local de vivência”, pois representa o espaço de liberdade dos seus antepassados, os remanescentes de quilombos do Trombetas construíram a resistência e permaneceram nos espaços das casas, trabalho, sobrevivência e memória.

Nesse contexto, a fala do senhor Admilson Santos, Operador Industrial da MRN, e morador há 13 anos de PTR, marca a entrada do capital internacional no Trombetas com apoio dos militares. Esses pressionam os moradores das comunidades ribeirinhas para deixarem a área ou aceitarem as imposições do Projeto Trombetas:

“Tivemos, muita pressão. Primeiro que quando eles vieram pra cá que a Mineração começou mesmo colocaram um cão aí que era o Coronel Ferreira, com um bocado de segurança, que era segurança que eles chamavam. Até regatão que passavam no rio eles mandavam lancha em cima, quebravam garrafa de cachaça, prendia a mercadoria (...) ele era cruel”<sup>30</sup>

As mudanças iniciais e posteriores vividas pelas comunidades criam um processo de desestruturação dos modos tradicionais de ocupação do rio Trombetas. Temos a chegada dos órgãos do governo Federal, a construção de um espaço propício à instalação das empresas para explorar a região, contudo, o rio Trombetas também vai se constituir como espaço de resistências e lutas.

No entanto, são nas relações de trabalho e nas atividades econômicas que as transformações são mais sentidas. Agricultores, pescadores e extratores tornam-se diaristas ou empregados com carteira assinada:

“Olha tem umas especificação, as mulheres geralmente elas passam roupa, a maioria do pessoal trabalha em jardim. Agora tem um quarto da população da área que trabalha fichado [com carteira assinada], mas isso é o mínimo que trabalha fichado. Ela [a mineradora] não abre aquele espaço, por exemplo, surge muito emprego que ela devia dá oportunidade pro pessoal daqui que tem pessoas competentes aqui. [...] Tem pessoas competentes pros trabalho que as vezes surge a vaga. Ela deixa de pegar um daqui pra pegar de fora, ela manda chama, coloca aviso nessas outras cidades, aí a pessoa vêm pra trabalhar. E ela não abre espaço pra que o daqui possa trabalhar lá”<sup>31</sup>.

<sup>30</sup> Admilson Figueiredo Santos, 38 anos, Operador Industrial da MRN, entrevista, Abril de 2000.

<sup>31</sup> Amarildo Santos de Jesus, 31 anos, jardineiro, entrevista, Setembro de 1999.

Para a empresa a falta de qualificação profissional e baixa escolaridade é que são entraves as contratações. Até para trabalhar na Cooperativa da Boa Vista a empresa exige um nível razoável de escolaridade, pois os trabalhos desenvolvidos devem atender aos padrões de qualidade mantidos pela empresa. No entanto, não se leva em consideração que mineradora desloca o trabalho do espaço natural para sua sede, mas não preparou os trabalhadores para atender seu padrão. Atualmente, dos 1000 empregados da Mineração Rio do Norte, apenas cinco são remanescentes da Boa Vista. E do Moura não há pessoas trabalhando empregado, especificamente na MRN.

Os negros tiveram o “estilo de vida” modificado como enfatiza o Jornal Folha de Trombetas, em reportagem de outubro de 1992. O jornal é uma publicação de inteira responsabilidade da MRN e circula em Porto Trombetas, como tem claro objetivo de divulgar as ações da empresa, constantemente, apresenta temas referentes as relações da MRN com as comunidades ribeirinhas:

“Além da existência do Complexo, que proporcionou aos ribeirinhos o conhecimento de outras formas de trabalho, mais leves na opinião de alguns deles, o convívio com as pessoas das cidades, e a criação da Floresta nacional e da Reserva Biológica do Trombetas, foram fatores importantes que influenciaram a mudança no estilo de vida dos moradores ribeirinhos”.<sup>32</sup>

A matéria veiculada pela Folha de Trombetas tinha o sugestivo título de “*Ribeirinhos têm novo padrão de vida*”, no entanto, é ilustrativa das transformações que aconteceram nas comunidades por força da mineradora e dos agentes do Governo Federal como é o caso do IBAMA. O próprio jornal dá a dimensão dessas mudanças ao enfatizar que o trabalho na roça, coleta de castanha e pesca são atividades do passado. O trabalho na mineradora passa a ser sinônimo de vida mais fácil e segura de acordo com a matéria:

“Hoje, os tempos são outros. Com o crescimento das cidades da região, a instalação do Complexo industrial da Mineração Rio do Norte e a política ambiental do país – com a criação da Floresta nacional do Saracá-Taquera e da Reserva Biológica do rio Trombetas, limitando a caça e a pesca – esses remanescentes de quilombos começaram a mudar o seu estilo e passam a almejar um outro parâmetro de vida: o das

---

<sup>32</sup> Jornal Folha de Trombetas. Porto Trombetas, outubro de 1992, n.º 49, p. 12.

idades. Os que estão nas proximidades do Complexo, preferem trabalhar em Porto Trombetas: na Mineração, em empresas contratadas ou em casa de família como diaristas”.

33

Enfim, não havia uma preocupação capitalista de produzir para vender. Inclusive esse é um fato interessante porque costuma-se dizer que os negros em geral são muito preguiçosos. A explicação coerente não existe e será difícil explicar ou fazer as pessoas da própria região entenderem que são modos diferenciados de viver.

Antes da instalação do mineradora a realidade era de tranquilidade e a produção (seja da agricultura ou do extrativismo) era para subsistência da família. A preocupação capitalista de produzir para vender em quantidades a fim de gerar acumulação de recursos, praticamente não existia, “porque também nós não usava dinheiro todo dia, nós não precisava de gastá dinheiro todo dia, porque nós não comprava farinha, não comprava comida, não comprava nada”<sup>34</sup>. A vida tinha o ritmo imposto pelos moradores e não pela ação de agentes externos. O próprio tempo é medido de outra forma, é o tempo da colheita da castanha, da cheia, da vazante, enfim, não estava ligado ao relógio de uma mineradora e seus rígidos horários de entrada saída do local de trabalho.

Dentre as mudanças que mineradora vai causar nas comunidades está a relação com a produção, pois a partir do momento em que começam os trabalhos dentro da vila as pessoas tendem a abandonar os trabalhos na roça, porque por natureza são atividades que exigem habilidade e força, e também o tempo de espera é prolongado. Dessa maneira, abandonar essas atividades foi fácil, pois quando a empresa se instalou no Trombetas, conseguir trabalhar “fichado” (com carteira assinada) era muito fácil. Todavia, fazer o caminho de volta perpassa um processo de readaptação que nem sempre os remanescentes estão dispostos a realizar:

“[...]quando o cara se acostuma aqui (na mineradora) ele fica preguiçoso, pra topa um prêmio daquele vai sê difícil. [...] Porque a maioria do pessoal que mora lá (na Boa Vista) já não mexe mais com roça eles quase todos compram farinha

---

<sup>33</sup> Jornal Folha de Trombetas. Porto Trombetas, outubro de 1992, n.º 49, p. 12.

<sup>34</sup> José dos Santos, 57 anos, Coordenador da Boa Vista, entrevista, Setembro de 1999.

aqui. E lá tem tudo, tem uma fábrica de fazer farinha, tem tudo industrial, mas ninguém faz”<sup>35</sup>.

A “Casa da Farinha” foi instalada pela MRN, na Boa Vista, como parte de sua “ação social” para incentivar os fabricantes de farinha. As instalações contam com equipamento mecanizado para beneficiamento da mandioca utilizando pouca força-motriz humana. Contudo, não há fabricação de farinha, porque poucas pessoas plantam roças na comunidade. Fato que gera uma dependência geral em relação a mineradora conforme reclama o coordenador da Boa Vista<sup>36</sup>:

“[...] então a gente depende (da mineradora) por causa do emprego. Os meios de ganhá dinheiro por aqui é difícil não tem mais outro meio. E antes disso não. Só comprava o açúcar, o café, isso era coisa que com pouca coisa a gente ajeitava. Hoje, praticamente aqueles que não fazem a roça pra eles sobreviverem, que aqui nem todos faz. Porque eles já estão acostumado ir lá na Mineração faz uma diária e compra farinha, compra comida e pronto. Então isso foi um costume que eles já incutiram na cabeça de muita gente daqui”<sup>37</sup>.

Na Boa Vista as atividades ligadas a terra sofreram uma considerável redução. No entanto, a terra sempre foi um patrimônio mantido como fonte de sobrevivência, espaço de lazer, sociabilidade e de lembrança dos ancestrais. Os negros não viam a terra como uma propriedade privativa, até porque eram raros os casos de venda de propriedade, as pessoas não sentiam necessidade de sair do local de moradia. A terra era um bem comum e para usufruto durante o tempo em que estivessem naquele lugar. E mais o valor de uso estava nos frutos fornecidos pela terra e no produto do extrativismo, como da castanha-do-pará, recolhida nos diversos castanhais da região.

Com a chegada da mineradora vai haver uma inversão nessa ordem e uma intensificação nas atividades de exploração, pois os castanhais passam até dois anos sem produzir. Enquanto que na mineradora as atividades são ininterruptas por 24 horas, durante o ano inteiro. Agora não é mais o solo ou o que está acima dele que importa e tem seu valor reconhecido. O subsolo e a riqueza mineral nele guardada será o alvo de

---

<sup>35</sup> Admilson Figueiredo Santos, 38 anos, Operador de Equipamento Industrial. Funcionários da MRN, entrevista, Julho de 2000.

<sup>36</sup> O senhor José dos Santos esteve na coordenação da comunidade no biênio 1999-2000.

<sup>37</sup> José dos Santos, 57 anos, Coordenador da Boa Vista, entrevista, Setembro de 1999.

exploração. As castanheiras não têm importância para a mineradora e são derrubadas, ou seja, tudo sobre solo perdeu importância em relação ao subsolo.

Foi preciso que as comunidades do entorno da mineradora revivessem as histórias contadas por seus antepassados para estruturar formas de combater o invasor:

“quando uma coletividade se sente agredida pelo exterior – por exemplo, uma comunidade de tipo tradicional agredida por um poder centralizado moderno de tipo burocrático – ela põe em marcha, como meio de autodefesa, todo o seu dispositivo imaginário, a fim de mobilizar as energias dos seus membros, unindo e guiando suas ações”.<sup>38</sup>

No caso das comunidades negras do Baixo Amazonas a construção de um imaginário que une seus membros em torno de interesses comuns está se estruturando ao longo do tempo e dos enfrentamentos.

Diante da “Nova Frente Expropriadora”<sup>39</sup> instalada no Trombetas foram sendo criadas histórias vividas pelos mocambeiros e propagada pelos remanescentes. Histórias de exaltação dos mocambeiros, por muitas vezes, vencedores diante das expedições punitivas e do próprio sistema escravista. Os negros em fuga recorriam a poderes sobrenaturais para livrarem a todos dos perigos, assim, “o domínio de saberes, perigos e magias sobre a natureza incorporava-se no imaginário, recodificando experiências, como condição do sucesso nas fugas do cativo e de permanência nos quilombos”<sup>40</sup>. Os negros cativos foram vencedores no passado, agora resta aos descendentes reviverem momentos de luta para serem vitoriosos no presente.

## Referencial Bibliográfico

ACEVEDO, Rosa e CASTRO, Edna. Negros do Trombetas: guardiães de matas e rios. 2 ed. Belém: Cejup, 1998.

---

<sup>38</sup> BACZKO, Barth. Imaginação Social. In: **Anthropos-homem**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional. Casa da Moeda, v. 5, 1985, p. 310.

<sup>39</sup> O conceito de “frente expropriadora”, refere-se a exploração do trabalhador. Trabalhar sob péssimas condições como pião de fazenda; receber pouco pela extração da castanha, dentre outras, apresentam-se como forma de expropriação. Atualmente, a “Nova Frente Expropriadora” está representada nos projetos de mineração, nas empresas agropécuarías e nas ações do Governo Federal para a Amazônia.

<sup>40</sup> ACEVEDO, Rosa e CASTRO, Edna. Negros do Trombetas: guardiães de matas e rios. 2 ed. Belém: Cejup, 1998, p. 29.

BACZKO, Barth. Imaginação Social. In: **Anthropos-homem**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional. Casa da Moeda, v. 5, 1985.

MOURA, Edila A. Ferreira; MAIA, Maria Lúcia Sá. Da farinha ao alumínio: os caminhos da modernização na Amazônia. In: **Industrialização e Grandes Projetos: desorganização e reorganização do espaço**. Belém: Gráfica e Editora da UFPA, 1995, p. 225.